

A FUNDAÇÃO LEÃO XIII EDUCANDO A FAVELA (1947-1964)

Reginaldo Scheuermann Costa
Programa de Pós-graduação em Educação da UFF
Pós-doutorando no Grupo de Pesquisa Nufipe

Resumo

Analiso, neste artigo, a Fundação Leão XIII, durante os anos 1947-1964, no Rio de Janeiro, enquanto entidade civil desenvolvedora de políticas públicas em 34 favelas¹. Proponho, assim, compreender como a educação promovida pela entidade nos seus cursos profissionalizantes, alfabetizantes, palestras de orientação moral e formação de quadros locais contribuíram para a formação de um ideal de cidadania específico para os favelados, de modo a ser um elemento central na construção de uma *hegemonia urbano-industrial restrita*. A hipótese geral é: *a FLXIII forjou uma pedagogia da hegemonia, que visava a repactuação política e cultural da relação capital-trabalho, de acordo com as regras da lógica do capitalismo urbano-industrial nas favelas do Rio de Janeiro*. Apresento as seguintes questões norteadoras: *a) quais os valores ético-políticos contidos no programa pedagógico da FLXIII; b) por que educar os favelados?*

Palavras-Chave: Fundação Leão XIII, favela, hegemonia.

1. Introdução

Este trabalho analisa o papel pedagógico da Fundação Leão XIII no processo de remodelação urbana, ocorrido durante os anos 1940-1960, no Rio de Janeiro, que teve as favelas como sua prioridade na realização de políticas públicas. Proponho, assim, compreender como suas intervenções sociais na educação (formal e informal) contribuíram na formação de ações destinadas a solucionar o “problema” favela, tendo em vista a sua visão de mundo sobre um ideal de civilidade a ser construído para os favelados.

A análise desta educação produzida especificamente para os favelados revela as tensões históricas decorrentes de um processo tortuoso de acomodações da classe trabalhadora à lógica de (re)produção da vida urbana. A configuração espacial da cidade tornava-se cada vez mais conflituosa, travando um choque entre os cidadãos da “cidade formal” e os favelados, localizados nas áreas informais da urbe. A população das favelas crescia

1 Este trabalho é a síntese da tese de doutorado “A Fundação Leão XIII educando a favela (1947-1964)” que defendi na Faculdade de Educação da UFRJ, em 2015.

vertiginosamente, antagonizando seus anseios de classe e sua cultura ao modo de vida dominante referenciado nos valores ético-políticos urbanos, europeus e burgueses. As contradições sociais expressas no processo de ocupação da cidade acentuavam instabilidade à sociedade civil brasileira, já que de alguma forma resistiam ao projeto de sociedade urbano-industrialista em andamento. Algo observável no crescimento de ações de resistência às remoções, lutas por melhores condições de saneamento básico, iluminação pública, regularização fundiária e o livre exercício de práticas culturais.

A hipótese geral deste trabalho aponta que o incremento de políticas públicas de educação, ou mesmo de projetos sociais focalizados nas áreas de saúde, assistência social, auxílio jurídico e moradia urbana aos favelados, seriam a expressão da luta por melhores condições de vida nas favelas e fruto da necessidade dos setores dominantes educarem o povo para uma repactuação política e cultural da relação capital-trabalho. Esta relação dialética desnuda, de um lado, o interesse dos setores dominantes em universalizar preceitos ético-políticos, fundamentados numa sociabilidade fordista-taylorista, de outro, a resistência dos trabalhadores a esta lógica.

Desta forma, apresento as seguintes questões norteadoras: *a) quais os valores ético-políticos contidos no programa pedagógico da FLXIII; c) quais são os elementos históricos responsáveis pela por ensinar uma urgência em educar os favelados?*

2. Fundamentos teórico-metodológicos

Destaco como elemento central da pesquisa o conceito de luta de classes e a complexificação dos meios de organização dos interesses ético-políticos neste processo, tendo em vista o robustecimento das agências de Estado destinadas a políticas públicas, assim como das organizações civis (sindicatos, associações de moradores, partido, entidades religiosas, grupos estudantis, jornais etc).

Segundo as indicações teóricas de Gramsci, Estado e sociedade civil estão conectados. Os aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil expressam as vontades coletivas, que se colocam dispostos a defender determinada visão de mundo na práxis. A hegemonia, a ordem dominante, é a síntese destas aspirações forjadas no movimento histórico, em que Estado e aparelhos privados de hegemonia relacionam-se formando o *Estado ampliado*.

A partir desse prisma teórico, apresento a análise da ação educadora da FLXIII quando implementa suas diversas intervenções sociais nas favelas do Rio de Janeiro. Uma ação educacional formadora de conhecimentos e valores culturais orientados pela visão de mundo da Igreja Católica e ao pensamento industrialista, num contexto em que se abria a sociedade civil para o sufrágio universal, ainda que em condições precárias. Haja visto, que no mesmo ano em que se a FLXIII era criada o PCB era colocado na clandestinidade novamente e se observava uma onda de criações de associações de moradores nas favelas. A articulação Igreja Católica, Estado e moradores das favelas, desenvolvida pela FLXIII, enseja um *modus operandi* específico do fazer pedagógico voltado para os habitantes das favelas. Apresentava, portanto, uma modalidade de política pública que se propunha a disputar a sociedade civil sob então novos marcos, quando os aparelhos privados de hegemonia proliferavam, mas, em concomitância, formas de restrição à livre associação eram colocadas em andamento. Proponho tomar como ponto de partida que a FLXIII surgia no contexto de uma *ocidentalização sui generis* da sociedade civil, ou seja, em que as formas de representação e organização das classes e frações de classe, ainda se mantinham contidas pelas forças oligárquicas tradicionais, temerosas de perder o controle sobre uma massa de possíveis eleitores-cidadãos favelados.

As fontes utilizadas foram escolhidas de acordo com uma variedade de discursos, que possibilitasse observar diferentes nuances sobre a FLXIII. O relatório das SAGMACS permite uma visão aprofundada sobre a favela e FLXIII, contendo estatísticas e levantamento qualitativos detalhados sobre as suas intervenções, reunindo um balanço analítico de treze anos. Os documentos da FLXIII, os relatórios de 1947 e o seu estatuto também foram bons indicadores sobre as suas aspirações pedagógicas, assim como sobre a sua forma de organização institucional. O uso da Revista Eclesiástica Brasileira visa explicitar a base teológica da Igreja Católica no período. O trabalho da Maria Luiza Moniz Aragão, a assistente social, dirigente do setor de Serviço Social da entidade, que apresentou um detalhado informe sobre os trabalhos da Fundação também foi útil para situar o papel de assistentes sociais, os relatos mais cotidianos sobre os trabalhos sociais, as aspirações da entidade e dilemas enfrentados nas favelas.

3. Educando a favela: incômodos da cidade moderna

3.1. A instabilidade urbana e as organizações civis da favela

Durante as três primeiras décadas do século XX estruturava-se no Brasil um capitalismo industrialista tardio que unia, contraditoriamente, o anseio pela modernidade urbano-industrial e o arcaico poder oligárquico hegemônico pelo setor cafeeiro paulista (MENDONÇA, 1986). Em 1920, ainda havia 70% da população brasileira no campo, o que empreendeu características próprias a esta modernização. A urbanização do Rio de Janeiro significava, neste sentido, mais do que remodelações técnicas, era um projeto de sociedade, no qual a favela seria uma questão a ser resolvida. As favelas em conflito com a “cidade formal” sintetizavam, portanto, as nuances da própria luta de classes no século XX e XXI, quando os trabalhadores destes territórios se colocavam em luta pela ocupação da cidade, pela conquista de serviços públicos (saúde, educação, transporte, habitação, saneamento básico etc.) e pelo exercício do seu modo de vida.

Os percalços deste processo de modernização da cidade já podem ser notados no século XIX, quando os cortiços, ainda nos anos 1850/1860, eram perseguidos por ser a moradia de ex-escravos e escravos (CHALHOUB, 1996). Epidemias, barbárie moral e caos social eram associações comuns atribuídas aos cortiços, o que, paulatinamente, também influenciou a formação de um imaginário depreciativo sobre as favelas. Sob o manto do cientificismo e da moralidade religiosa, as elites colocavam a reforma urbana como grande alternativa para solucionar instabilidades sociais causadas por motins urbanos, que tinham a participação de moradores de favelas e cortiços (CHALHOUB, 1996; VALLADARES, 2005).

A pressão política dos subalternos urgia. Desde a Revolta do Vintém (1880), a Revolta da Vacina (1904), diversos ataques contra a situação dos bondes e lampiões, a criação do Centro Político de Melhoramento do Morro do Pinto (1925) e da Sociedade dos Trabalhadores Humildes do Morro de São Carlos (1937) são apenas alguns exemplos (BADARÓ, 2008). O crescimento do PCB também deve ser lembrado, pois, em 1945, obteve a maior bancada no Rio de Janeiro (ALMEIDA, 2003), além da sua forte presença nas favelas com os Comitês Populares Democráticos.

É neste cenário de instabilidade que o PCB é posto na ilegalidade e diversas entidades civis surgem tendo como foco as favelas tais como a LBA - Legião Brasileira de Assistência (1942), SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (1946), SESI – Serviço

Nacional da Indústria (1947) e no, caso da Igreja Católica, seria a Fundação Leão XIII (1947). A educação para a favela passou a ter destaque nas intervenções destas entidades, tendo como orientação geral o ethos industrialista, esboçado nas Leis Orgânicas do Ensino Industrial (1942), Comercial (1943), Agrícola (1946), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-1942), Escolas Técnicas Federais (1942), Lei Orgânica do Ensino Secundário (1942) (CIAVATTA, 2011).

3.2. Políticas públicas e americanismo nas favelas

Durante o Estado Novo (1937-1945) foram criados os Parques Proletários com o objetivo de garantir moradia e infraestrutura urbana à população das favelas, mas também um determinado tipo de educação. Essa iniciativa era um desdobramento da experiência das vilas operárias, que já desde o século XIX e início do XX, já produziam uma educação formal e informal voltada para o ethos industrialista. Buscava-se o controle sobre as formas de lazer, religião, fruição da cultura e a ampliação da educação dual para os trabalhadores. Nas vilas operárias, o trabalho era positivado moralmente, sendo o meio para atingir a felicidade atingida pelo consumo e a cooperação junto ao patronato. O controle sobre o tempo livre dos trabalhadores e seus filhos passaria a ser algo a ser disputado por estas iniciativas educacionais de corte fordista-taylorista (CIAVATTA, 2011).

Gramsci observou brilhantemente que este processo era relacionado a uma forma específica de expansão capitalista. O desenvolvimento capitalista estadunidense foi analisado por ele de modo que apontou a relação entre a concepção de produção taylorista-fordista e as formas de sociabilidade. A reprodução material da vida dos seres humanos no capitalismo, objetivamente e subjetivamente, à reprodução do capital industrialista, o que chamou de americanismo.

Este processo só foi possível mediante a ação de uma burocracia intermediária capaz de atenuar os conflitos entre os desmandos gerenciais da produção, uma mediação que se propunha a educar para um então novo padrão de sociabilidade industrialista. A internalização dos valores ético-morais taylorista-fordista seria a base para a formação do “novo homem” urbano, tendo como referência o consumismo e o trabalho assalariado como realização natural e inevitável da existência humana. Sobre este processo Gramsci afirma,

As iniciativas “puritanas” só têm o objetivo de conservar, fora do trabalho, um determinado equilíbrio psicofísico que impeça o colapso fisiológico do trabalhador, premido pelo novo método de produção. Este equilíbrio só pode ser externo e mecânico, mas poderá tornar-se interno se for proposto pelo próprio trabalhador, e não imposto de fora; se for proposto por uma nova forma de sociedade, com meios apropriados e originais (GRAMSCI, 1996, p. 398).

Tratando-se da realidade das favelas é possível notar que, a partir de Vargas, ocorre a sistematização mais complexa das ações destinadas a educar os favelados formal e informalmente, buscando atingir esta moralidade “fora do trabalho” que se conformasse com a lógica social urbano-industrial que erigia. Os Parques Proletários são um exemplo, assim como as Conferências Nacionais de Saúde e Educação (1941), que debatiam alternativas para os favelados baseadas numa Educação Sanitária (VALLA, 1986). A formalização das relações trabalhistas, a edificação de um ideal de progresso baseado na industrialização, a moralização das relações sociais e normas de controle político sobre os trabalhadores tornavam-se elementos cruciais para o estabelecimento de políticas públicas nas favelas e em moradias populares em geral.

3.3. A Pedagogia da Hegemonia da FLXIII

No caso específico das favelas as intervenções institucionais católicas já se faziam presentes através das paróquias e grupos religiosos locais desde o início do século XX. No entanto, estas intervenções eram aos moldes tradicionais, tendo resultados de impacto reduzido. A Doutrina Social Eclesiástica, que tinha como referência a Encíclica Rerum Novarum (1891), defensora de uma aproximação da Igreja Católica dos trabalhadores ganhava espaço no início do século XX e tinha no Bispo Dom Jaime um ilustre defensor. O Manifesto do Episcopado (1945), escrito por ele, criticava ferozmente os descaminhos da modernidade: “os salários injustos eram devidos à cobiça de lucros excessivos. E avisava que “a elevação do proletariado, na sociedade contemporânea, é, sem dúvida, a grande cruzada dos tempos atuais” (REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA, 1945, p. 709).

Centrando esforços em combater o comunismo e os desvios liberais da modernidade, Dom Jaime², organizou, junto ao Governo Federal estabeleceu as bases legais para o surgimento da FLXIII. O Decreto Presidencial nº 22.498, de 22 de janeiro de 1947 permitia a Prefeitura do Rio de Janeiro o início da entidade.

Apesar de definir-se como entidade civil, a Fundação tinha algumas particularidades interessantes. A sua direção colegiada era composta por um representante da Ação Social Arquidiocesana, um do Abrigo Cristo Redentor e um membro da prefeitura do Distrito Federal, havendo uma imbricação entre o público e privado na parte administrativa e na forma de financiamento, já que as subvenções teriam como origem a prefeitura, União, doações públicas e particulares. União, Prefeitura do Rio de Janeiro e entidades privadas se articulavam com amplo apoio da grande mídia.

A Fundação deveria desenvolver estudos aprofundados capazes de produzir análises estatísticas que subsidiassem o planejamento das ações sociais a fim de solucionar o “problema social das favelas”. A delimitação do “problema” começava e terminava na própria favela, nos desvios morais e materiais das famílias. Eram desenvolvidas atividades de Serviço Social, Educação, Saúde e Organização Social da Comunidade. Além disso, questões jurídicas sobre habitações, assim como, o controle sobre a reforma e construção de casas também eram atribuições da entidade.

O trecho a seguir apresenta os princípios da FLXIII apontados pelo seu estatuto. Mais do que afirmações gerais de princípio, tomo tais definições como base de sua concepção política sobre a favela, como parte do seu projeto pedagógico. Nos seus projetos sociais definia-se os métodos de trabalho, mas acima de tudo, mas a própria noção do que seria o favelado, e mais que isso que educação deveria ser realizada para atender a demanda de realização da cidadania desta população. Assim afirma:

Antes de tudo ganhar confiança dos favelados na base da educação social, com um seguro critério de sinceridade (...) estabelecer no coração das favelas um Centro Social, que atenda às necessidades de saúde, educação... Tomar contato com o povo prestar-lhe serviços, “convencer” pela dedicação, até ganhar palmo a palmo a confiança da família... E, quando já houver um ambiente de sadio entrosamento dos “trabalhadores sociais” com os moradores das favelas será possível fazer-se um “dossiê” verídico de cada

2 Notório quadro católico e membro da junta interministerial do Governo Gaspar Dutra, que debatia a questão das favelas no Rio de Janeiro (VALLA, 1986).

favela cuja condição conhecida indicará os rumos que se devem dar à solução do problema que se quer resolver (Fundação Leão XIII, 1955).

Essa relação de “confiança” era estabelecida a partir de intervenções educacionais locais organizadas e executadas pelos Centros de Ação Social (CAS). O método higienista dedicado exclusivamente ao remocionismo era revisto, de maneira que a população das favelas deveria ser educada e motivada a participar das ações de acordo com as regras da entidade.

A postura era de ações permanentes desenvolvidas junto aos moradores através dos seus “trabalhadores sociais” nas próprias favelas. A partir do relato da assistente social Maria Muniz Aragão, diretora da FLXIII, é possível observar o que essa noção de comunitarismo esperava incentivar sobre os favelados:

Paralelamente ao Centro de Ação Social, porém, supervisionado por ele, pretendemos fundar uma agremiação capaz de congregar todos que vivem em torno do CAS, e de lhes proporcionar a oportunidade de participarem ativamente da direção de uma obra destinada ao bem comum: essa obra será a associação de moradores da favela. Sua atividade principal será cuidar do bem-estar coletivo, organizando em colaboração com o CAS, campanhas educativas, financeiras, inquéritos etc., a fim de conhecer e resolver problemas inerentes à população de que fazem parte (ARAGÃO, 1947, p. 268).

Como se pode observar, era parte do objetivo da Fundação Leão XIII educar para um tipo específico de mobilização política local, a partir de uma relação de colaboração com o CAS. O “bem comum” é visto como um desdobramento natural da união entre moradores e entidade, em que o seu ativismo, sua agência política, enquanto favelado, seria cooperar com a entidade. A resolução de problemas sociais seria obra da ação organizativa e educacional da FLXIII no plano local.

Outro ponto importante da sua pedagogia é compreender a educação como base fundamental da concertação social pela aquisição de conhecimentos para o mundo do trabalho, mas também pela moralização de relações sociais que se encontram pervertidas na favela. A FLXIII apresenta tal questão nos seguintes termos:

Pois estamos certos de que o “problema da favela” é eminentemente o problema da falta de educação. Doenças, analfabetismo, ideologias exóticas, crimes, contravenções, prostituições, etc., são males de um povo (...)

(Morros e Favelas – Como Trabalha a Fundação Leão XIII: Notas e relatórios de 1947 a 1954. 1955, p.31).

A resolução do “problema da favela” segundo esse ponto de vista é a educação. A escola seria o meio fundamental de afastar os desvios morais e caminho para a superação da precariedade material, já que a educação para o trabalho permitiria o desenvolvimento local. O crime, a miséria, as doenças são associadas ao que chamam de “ideologias exóticas”, principalmente o comunismo, mas também toda forma de mobilização local autônoma, que pudesse não seguir as diretrizes da entidade. As práticas sociais tidas como libertinas da sociedade urbana moderna também poderiam ser associadas a essa situação, principalmente no que se refere a relativização do papel da mulher como dona de casa. Outro ponto importante era que a agenda eleitoral tornava o controle institucional difícil, pois acabava por rivalizar com o pretensão monopólio da mediação sobre as favelas, tendo em vista que era comum a ação de políticos que incidiam sobre os moradores prometendo melhorias locais em troca de votos.

A tarefa da FLXIII, nesse sentido, era complexa, pois estava na condição de centralizar a mediação entre Estado e favela (sociedade civil), assegurar formas de controle social e educação popular que estivessem ajustadas aos dilemas da industrialização e das transformações urbanas, que eram operadas no contexto de reacomodação do capitalismo brasileiro.

Assim, muitos eram os trabalhos educacionais desenvolvidos pela Fundação. O seu foco era na educação infantil, sendo divididos em escola Maternal (2 a 4 anos); Jardim de Infância (4 a 7 anos) e Ensino Primário (7 a 14 anos). A Educação Profissional, chamada de Ensino Artesanal, ocorria em “oficinas de tecelagem, calçado, madeira, cerâmica, estofamento, encadernação e de outras atividades leves, adequadas à idade escolar” (SAGMACS, 1960). Abaixo a descrição dos cursos da entidade de acordo com estudo da SAGMACS,

A Fundação Leão XIII mantém, em algumas favelas, escolas artesanais que visam a suprir essa deficiência. Tratando-se de importante experiência pedagógica, pareceu-nos interessante conhecer, pelo menos através de uma unidade, a maneira como está sendo feita. Na Barreira do Vasco, o Centro Social da Fundação mantém uma escola artesanal deste tipo para meninos e meninas. (Relatório SAGMACS, 1960, p.30).

A FLXIII educava contra os vícios, a imoralidade, a preguiça e todo o tipo de desvio atribuído aos favelados. A superação material e moral seria obra da educação pensada para alfabetizar e formar trabalhadores para ofícios de baixa qualificação, aliada ao ministério católico. Ainda definindo a sua concepção de educação, continua:

A educação liberta o homem de si mesmo e o prepara para uma vida melhor. A educação deve abranger o Ensino Primário para todos, o Ensino Pré-vocacional para os menores de ambos os sexos, de 10 a 14 anos, o Ensino Doméstico para as moças e mães de família. Alfabetização de adultos para maiores de 14 anos. No plano propriamente de orientação moral, espiritual e cívica, se impõe um trabalho que atinja a todos: homens e mulheres, velhos e crianças, rapazes e moças (...) (FUNDAÇÃO LEÃO XIII, 1955, p. 15).

A educação “liberta” seria o caminho para forjar um “senso de responsabilidade”. A culpa da situação social residiria nos próprios favelados. O corte de gênero também é elucidativo, pois a educação doméstica ficaria a cargo das “moças e mães de família”, enquanto aos homens caberia o trabalho fabril. Assim, a refundação da família sob valores morais católicos seria a tarefa da educação popular da FLXIII, em que às mulheres também é atribuída a educação infantil, ou seja, uma pedagogia ligada aos valores da maternidade, do lar e da família.

Na fotografia abaixo, a educação é entendida como um ato de civilidade. Uma cidadania futura, pois naquele momento, aquelas crianças seriam uma aposta, afinal, “uma semente de bondade” deveria ser fecundada nelas de maneira a transformá-las em cidadãs... um dia. Ser convertido pela educação em cidadão significava ser cristão, adepto da educação da entidade, devotado ao trabalho formal e patriota, de modo a civilizar as crianças imersas no ambiente da barbárie, a favela.

I JOINGG – JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ANTONIO GRAMSCI
VII JOREGG – JORNADA REGIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ANTONIO GRAMSCI
Práxis, Formação Humana e a Luta por uma Nova Hegemonia
Universidade Federal do Ceará – Faculdade de Educação
23 a 25 de novembro de 2016 – Fortaleza/CE
Anais da Jornada: ISSN 2526-6950



Departamento de Serviço Social da Fundação Leão XIII– Serviço de Educação e Cultura - 1947.

As crianças, assim, são tidas como o setor social da favela menos pervertido, aquele que ainda não foi tomado por completo pelos desvios morais da favela, o que poderia assim garantir que no futuro seus filhos “não nasçam em barracos de favela”. Algo como uma catequese que busca aqueles que ainda não teriam sido totalmente tomados por hábitos bárbaros. O que já teria acometido muitos adultos, principalmente os homens, que já haviam sido tornado “vagabundos”. A Fundação afirmava:

A criança favelada é um retrato fiel desse binômio trágico de miséria e ignorância em que vive ou sucumbe a infância brasileira nos diversos recantos do país. No ambiente sórdido das favelas, a vida das crianças é um milagre que a Ciência não explica. Porque lá se reúnem e se acentuam todas as condições desfavoráveis à vida. A fome, a imundice, a promiscuidade, o vício, a tara, o abandono, todas essas formas de miséria e de sofrimento anulam as resistências orgânicas e transformam essas pobres e infelizes crianças em farrapos humanos que se arrastam nas sombras desconfortantes da doença e da dor, do vício e da perdição, numa vida brutal e sem encantos (FUNDAÇÃO LEÃOXIII, 1955, p. 91).

A descrição apocalíptica da favela não é casual. Reforça o imaginário de que a favela é Sodoma e Gomorra da urbe moderna. Não ser educado era tornar-se a estátua de sal, perder-se nos desvios morais da favela. A centralidade da educação, enquanto agente disciplinador e moralizador para uma cidadania futura seriam, basicamente, os pilares pedagógicos da FLXIII. Uma moralidade cristã, patriótica, dignificadora do trabalho e tolerante ao projeto urbanístico de segregação espacial.

4. Conclusão

A FLXIII respondia a uma demanda de ampliação da influência da Igreja Católica, tendo em vista a tentativa de “recatolizar” seus fiéis, tornando-os praticantes, de maneira que as práticas sincréticas fossem abandonadas. Além disso, havia um acirramento das lutas sociais, em particular nas favelas, quando se observa o crescimento do PCB eleitoralmente, mas também a sua influência sobre as associações de moradores através dos Comitês Populares Democráticos. A proliferação de associações de moradores, pressões sobre os políticos por melhorias sociais nos territórios favelizados eram elementos que traziam

instabilidade ao modelo de democracia restrita que se mantinha aos solavancos. Outro elemento importante era que o voto era restrito aos alfabetizados, significava que o desenvolvimento de educação popular nas favelas poderia significar a mudança de resultados eleitorais, tendo em vista o amplo contingente de trabalhadores pobres que poderiam tornar-se eleitores. Assim, tanto a FLXIII, quanto comunistas, disputavam as consciências também através de suas intervenções educacionais nas favelas.

O ano de 1947, início da FLXIII, emblematicamente, foi o período em que o PCB tornou-se ilegal, justamente quando seus Comitês eram populares nas favelas, e as associações de moradores resistiam às intervenções públicas nas favelas, apresentando suas demandas por direitos sociais. Há, desta forma, uma ocidentalização *sui generis*, movida pelos de baixo, mas engessada pelos meios institucionais pelas intervenções de Estado, restringindo a amplitude da democracia representativa e participativa. Curiosamente é neste mesmo ano que se observava o crescimento exponencial das remoções nas favelas.

As favelas deveriam ser educadas, pois se formavam organizações civis tais como associações de moradores que poderiam representar dissonâncias ao projeto de contenção das favelas e de controle das formas de organização dos trabalhadores que proliferavam nos locais de trabalho, mas também nos de moradia. Há, portanto, a formação de uma *pedagogia da hegemonia*, em que a FLXIII realizava políticas públicas nas áreas de educação, saúde, moradia, auxílio jurídico que deveria corroborar com o projeto de hegemonia do Estado e da Igreja Católica.

Assim, a Fundação Leão XIII se sustentava nessa contradição: realizava ações técnicas de pesquisa e intervenção social sob a moralidade cristã, com vistas a um projeto urbanístico que deveria expulsar, paulatinamente, os favelados das áreas consideradas mais valorizadas economicamente, controlar suas entidades de auto-organização e forjar o novo homem urbano industrial salvo da barbárie que se considerava a favela. A cidadania proposta aos moradores das favelas se por um lado é forjada pela ampliação da educação e de direitos sociais, é também restringida pelas ações de controle político e social, quando busca tutelar associações de moradores, realizava remoções sumárias, impedia reformas das casas e fiscalizava os costumes locais. Essa pedagogia da hegemonia da Fundação Leão XIII reúne os seguintes tópicos: comunitarismo na resolução de problemas sociais (formação de mutirões); moralidade cristã (monogamia, devoção católica, valorização da família tradicional);

nacionalismo, civismo como higiene, formação de quadros médios ou burocracia intermediária (as lideranças locais das associações de moradores).

Creio que a FLXIII seria uma entidade civil híbrida, que nasce sob a influência do Estado com intuito de dirigir as políticas públicas, mas que operava de acordo com certa autonomia civil católica, complexificando os mecanismos de intervenção na favela. A relação Estado e Igreja Católica contraria as inspirações republicanas clássicas de laicidade, mostrando que o poder dominante articulava suas ações políticas na favela ainda entre os anos 1940-1960, em que a disputa de hegemonia ainda se ancorava na religião para disputar espaço com as vozes dissonantes da contra-hegemonia.

Esta condição da FLXIII parece ser um elo perdido importante para entender o processo de abertura da sociedade civil brasileira, de sua ocidentalização *sui generis*, em que a socialização ainda era restringida pelo manejo oligárquico da política e o espectro golpista, que ensejaria a ditaduras empresarial-militar.

Bibliografia

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. *Insistente Desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-64 in Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX.* Antonio Carlos Mazzeo e Maria Izabel Lagoa (orgs). São Paulo, Cortez, 2003.

CHALHOUB, de Sidney. *Cidade febril – Cortiços e epidemias na Corte Imperial.* São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

CIAVATTA, M. *A Cultura do Trabalho e a Educação Plena Negada.* Revista Labor n.5, v.1, 2011.

GRAMSCI, A. “Americanismo e fordismo”. In: Antonio Gramsci, Maquiavel, a política e o Estado moderno. 4ª Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento.* Rio de Janeiro, Graal, 1986.

NEVES, Lúcia Maria W. (org). *A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso.* São Paulo, Editora Xamã, 2005.

VALLA, Vicent. *Educação e Favela.* Rio de Janeiro, Vozes, 1986.

VALLADARES, Licia. *A Invenção da Favela.* Rio de Janeiro, FGV, 2005.

Fontes

I JOINGG – JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ANTONIO GRAMSCI
VII JOREGG – JORNADA REGIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ANTONIO GRAMSCI
Práxis, Formação Humana e a Luta por uma Nova Hegemonia
Universidade Federal do Ceará – Faculdade de Educação
23 a 25 de novembro de 2016 – Fortaleza/CE
Anais da Jornada: ISSN 2526-6950

Abrigo do Cristo Redentor. <http://www.abrigodocristoredentor.com.br/> - acessado em 25/01/2014.

ARAGÃO, Maria Luiza Moniz de. Informe sobre as Atividades da Fundação Leão XIII. Teses Apresentadas ao I Congresso Brasileiro de Serviço Social. São Paulo: Centro de Estudos e Ação Social, 1947. p. 260-276.

CAPÍTULOS da memória do urbanismo carioca: depoimentos ao CPDOC/FGV/ Américo Freire e Lúcia Lippi Oliveira, organizadores. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002.

Decreto nº 22.498, de 22 de Janeiro de 1947. Câmara Federal dos Deputados: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-22498-22-janeiro-1947-341184-publicacaooriginal-1-pe.html> - acessado em 21/01/2014.

Encíclica Rerum Novarum. 15 de Maio de 1891, http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html , acessado em 07/02/2014.

Fundação Leão XIII. Estatutos da Fundação Leão XIII. Rio de Janeiro, 1947.
_____. Como trabalha a Fundação Leão XIII. Notas e relatórios de 1947 e 1954. Rio de Janeiro, 1955.

_____. Uma visão sócio-histórica. Documentos base do XIX Seminário de estagiários e supervisores da Fundação Leão XIII. Novembro, 1995.

_____. Relatório de atividades – 1975/1978. Rio de Janeiro, s/d, mimeo.

_____. Morros e favelas: como trabalha a Fundação Leão XIII -notas e relatórios de 1949. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1950. p. 9.

Fundação Leão XIII. “Uma visão sócio-histórica”. Documentos base do XIX Seminário de estagiários e supervisores da Fundação Leão XIII. Novembro, 1995.

_____. Relatório de atividades – 1975/1978. Rio de Janeiro, s/d, mimeo.
Jornal A Cruz. 29 de janeiro, 1947.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. Censo de Favelas: aspectos gerais. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal/Secretaria Geral do Interior e Segurança/Departamento de Geografia e Estatística, 1949.

REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA, 1945 SIQUEIRA – Allocução: Círculos Operários, 312-315) apud, CARVALHO FILHO, 1983, p. 192).

SAGMACS – Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais. Aspectos humanos da favela carioca. O Estado de São Paulo, São Paulo, 13 e 15 abr. 1960. Suplemento especial.

I JOINGG – JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ANTONIO GRAMSCI
VII JOREGG – JORNADA REGIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ANTONIO GRAMSCI

Práxis, Formação Humana e a Luta por uma Nova Hegemonia

Universidade Federal do Ceará – Faculdade de Educação

23 a 25 de novembro de 2016 – Fortaleza/CE

Anais da Jornada: ISSN 2526-6950